

## “OBJETIVO DE ANTÓNIO COSTA NÃO É GANHAR O PORTO, É DIFICULTAR UMA VITÓRIA DO PSD”

Na apresentação da candidatura de Vladimiro Feliz à Câmara Municipal, no salão nobre da Alfândega do Porto, dia 14, Rui Rio acusou o PS de desistir de ganhar a Câmara Municipal do Porto e de ir a jogo apenas “com a equipa de reservas”

# VLADIMIRO FELIZ

## PORTO 2022



### PARLAMENTO

GOVERNO CONTINUA A “ASSOBIAR PARA O LADO” E AS ASSIMETRIAS AGRAVAM-SE

Na interpelação ao Governo sobre Coesão Territorial, requerida pelo PSD, os deputados defendem que a coesão territorial tem mesmo de ser a sério



### LOCAIS

RIO MAIOR DEFENDE “CLUSTER” DE INOVAÇÃO NO DESPORTO

A Câmara de Rio Maior quer aproveitar o “prestígio internacional” de que goza o seu Centro Desportivo para desenvolver um “cluster” de inovação no desporto



### REGIONAIS

REUNIÃO COM A ANA FOI IMPORTANTE PARA A EXPANSÃO DO AEROPORTO DA HORTA

O PSD/Faial considera que a reunião do Presidente do Governo Regional com a ANA “foi um passo importante para a futura ampliação do Aeroporto da Horta”



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## DESIGUAL

Por mais que os compromissos eleitorais indiquem a aspiração de "tornar o território mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo", como consta do atual programa de Governo, a verdade é que a coesão territorial e o combate às assimetrias regionais não têm sido prioridade. Portugal é, cada vez mais, um país desigual onde, ao invés da intenção, o fosso entre litoral e interior se agrava ano após ano, década após década.

As estatísticas provam que existem duas realidades e dois territórios antagónicos no mesmo espaço geográfico. De um lado, as duas principais áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que concentram 45% da população do continente – e com a faixa litoral a representar 70% dessa população. E do outro, o interior, com cerca de dois milhões de portugueses que, para além de afastados dos centros de decisão, dispõem, em regra, ou da escassez de serviços públicos ou de escolas, hospitais, tribunais, acessos e equipamentos sociais de qualidade muito inferior.

Apenas 32 dos 308 municípios têm um poder compra acima da média nacional, que obviamente esses se localizam todos no litoral.

A questão de fundo é saber para quando é que o interior constituirá uma prioridade. Ainda há poucos dias, os nove signatários do Movimento pelo Interior, criado há três anos, o denunciavam "com alguma decepção, constatamos que pouco ou nada mudou de essencial para contrariar o paradigma do abandono dos territórios do interior e da falta de confiança para o investimento".

Acontece que temos um Ministério da Coesão Territorial que nem sequer faz jus ao nome.

A interpelação ao Governo sobre esta matéria, requerida pelo PSD, na semana passada, desmascarou o embuste sobre as políticas para as regiões do interior, para os concelhos de baixa densidade, cidades, vilas e aldeias abandonadas, áreas industrialmente debilitadas e em regressão demográfica, que afinal voltam a receber meia dúzia tostões, esmolas de um Estado centralista e da Europa dos fundos e até dos prometidos milhões do PRR.

Também é inaceitável a estratégia do Governo para as telecomunicações, nomeadamente a calendarização da implementação da quinta geração (5G) de comunicações móveis, que deixa de fora uma parte significativa do território, em particular o interior. Cerca de um milhão de portugueses vai ficar excluído da rede 5G. O PSD tem insistido, mas em vão, na dotação de cobertura 5G para todo o território, a partir de critérios que não sejam exclusivamente de ordem demográfica, propondo prazos máximos para a instalação, por regiões distritos ou concelhos.

Paradoxalmente, estas falhas graves, ocorrem até nos territórios do litoral. A área mais interior de Vila Nova de Gaia – correspondente às freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma – em plena Área Metropolitana do Porto, tem uma fraquíssima cobertura do sinal de internet, ao nível da pré-história das telecomunicações.

O mais comum nestes territórios é o serviço ADSL, que no máximo garante velocidades de 24 MBps, mas, na maior parte dos casos, abaixo da metade daquele valor. Estas populações pagam impostos, como todos os outros portugueses, mas o Estado discrimina-os e torna-os desiguais no acesso à escola à distância, aos serviços de proximidade e ao teletrabalho.

O Governo diz-se da transição digital, mas pensa, funciona e decide em modo analógico. Quer fazer mais, mas ainda não fez o que devia. Esta situação prova que, em vez de retórica, o ministério de Ana Abrunhosa tem de ter mão na ANACOM, indiciada ela própria de incompetência e desregulação, por parte dos concorrentes no leilão 5G, que o Governo anda a vender como mãe de todas as soluções.

O interior são as pessoas, de corpo inteiro e com alma também, são famílias e empresas que desesperam por oportunidades de um Estado, de que são contribuintes líquidos, mas beneficiários discriminados. O interior está de joelhos, vergado ao desprezo dos governos socialistas. Não precisamos de repetir Pedrógão Grande para voltarmos a sentir tamanha vergonha coletiva.

A correção das assimetrias regionais não se constrói com anúncios ou propaganda, muito menos com boas intenções. Bem pode o Governo continuar a dissertar sobre coesão social e territorial, inovação social e qualidade dos serviços públicos, mas no fim o país acaba sempre por esbarrar de frente com a sina socialista.

Hoje, nas bancas, os títulos anunciam que "o Governo vai reduzir portagens das ex-SCUT, mas não sabe como, nem quando". Cantar, cantam eles, e muito! Mas fazer, fazem, mas muito pouco!

## RUI RIO

# "OBJETIVO DE A O PORTO, É DIFÍCIL

Rui Rio acusa o PS de desistir de ganhar a Câmara Municipal do Porto e ir a jogo apenas "com a equipa de reservas".

Na apresentação da candidatura de Vladimiro Feliz à Câmara Municipal, no salão nobre da Alfândega do Porto, dia 14, Rui Rio disse que o PS ainda não apresentou o seu candidato, porque "o principal objetivo de António Costa não é ganhar o Porto, é dificultar ao máximo uma possível vitória do PSD".

"Nestas eleições do Porto em 2021, o PSD tem uma responsabilidade acrescida. O PS desistiu de ganhar o Porto, porque António Costa, na prática, apoia Rui Moreira [independente e atual presidente da Câmara] e, por isso, o PS nesta eleição vai apenas fazer figura de corpo presente", afirmou.

Para Rui Rio, "era mais transparente que o PS resolvesse frontalmente dar o seu apoio [a Rui Moreira], tal como já outros partidos o fizeram, do que se esconder atrás de uma candidatura fraca".

"Quando eu era miúdo, dizia-se: jogar com uma equipa de reservas. Mas é assim, porque falta coragem e frontalidade ao PS", expressou.

Rui Rio considera que recai "sobre o PSD a responsabilidade de derrotar um emaranhado de interesses partidários, diretos e indiretos, que sob a capa de uma pseudo-independência se candidata à Câmara Municipal do Porto".

## RUI RIO: "VLADIMIRO FELIZ É COMPETENTE, TRABALHADOR, SÉRIO E LEAL"

Sobre Vladimiro Feliz, Rui Rio garantiu que o PSD tem "por todo o país excelentes candidatos", sendo que alguns têm notoriedade pública e outros o reconhecimento local e "o candidato do Porto não é exceção".

"É um candidato que tem o reconhecimento local. Se forem ao Algarve não o conhecem na rua, é verdade. Se forem a Bragança não o conhecem na rua. Mas no Porto, quem está atento ao que foi feito na cidade, conhece o candidato que temos porque ele já deu provas, já mostrou que é capaz", apontou.

O líder do PSD salienta que o candidato "conhece bem a cidade", tem uma visão para o futuro e obra feita, destacando vários projetos, nomeadamente os ligados à área digital. "É competente e sabe gerir a cidade. Não vai fazer das ruas uma floresta de pilaretes, nem vai destruir o trânsito com ciclovias mal desenhadas. É trabalhador. Não quer ser presidente do Porto por vaidade, quer trabalhar pelo Porto, quer estar presente no quotidiano dos portuenses, vai preocupar-se mais em trabalhar do que aparecer constantemente na televisão", acrescentou.

Rui Rio referiu ainda que o candidato do PSD à Câmara do Porto "é sério e leal". "Durante os sete anos em que teve poder na Câmara nunca se aproveitou do lugar de vice-Presidente ou de vereador para fazer negócios em seu benefício pessoal ou da sua família. O Vladimiro Feliz é confiável. É leal, não atropela os outros para chegar onde quer", assinalou.

Por sua vez, Vladimiro Feliz defende uma cidade onde valha a pena "estudar, trabalhar e investir". "Não queremos, só, uma cidade para inglês ver, queremos uma cidade para o portuense viver, estudar, trabalhar e investir", sublinhou.

Lamentou a má gestão das "negociações com Lisboa em questões fundamentais para o Porto, como seja o dossier TAP ou o INFARMED". "Ficar a meio é não se entregar por inteiro aos assuntos da cidade", apontou.

Vladimiro Feliz entende que o Porto "precisa de novas abordagens e novas disciplinas para pensar o desenvolvimento urbano de uma forma integrada, ecológica, inteligente e sustentável", referindo que "o paradigma mudou e o Porto, tem por isso, de saber responder ao presente e preparar o futuro, potenciando o que existe, desenhando a cidade a partir das pessoas e para as pessoas".

Vladimiro Feliz assegurou "uma verdadeira resposta de combate ao abandono escolar", bem como "privilegiar a qualificação, a geração de emprego, a autonomia e dignidade pessoal dos cidadãos" e, entre outros temas, destacou a aposta "numa estratégia de mobilidade de nova geração, pensada a partir da procura, que garanta níveis de serviço que façam do transporte público uma verdadeira opção para os portuenses".

# ANTÓNIO COSTA NÃO É GANHAR CULTAR UMA VITÓRIA DO PSD”



# NUNO MATIAS É O “O MELHOR CANDIDATO” PARA CRIAR “QUALIDADE DE VIDA EM ALMADA”

Em Almada, Rui Rio explicou que o PSD escolheu “o melhor candidato” para concorrer à presidência do município, realçando que Nuno Matias “tem valor próprio”, até poderia ter regressado ao Parlamento, mas preferiu manter a vereação na cidade.

“Procuramos ter o melhor candidato. O Nuno Matias não é vedeta de abertura de Telejornal. O que se pretende no concelho de Almada, o 11.º maior do país em população, é ter um candidato reconhecido pelos almadenses. (...) Estou convencido de que temos fortíssimas hipóteses de ganhar a Câmara de Almada, mas se não ganharmos cumprimos a nossa obrigação”, afirmou.

Na assinatura do acordo da coligação “Almada Desenvolvida”, apoiado pelo PSD, CDS, MPT, PPM e Aliança, dia 12, Rui Rio reafirmou a importância das eleições autárquicas para o país. “As decisões tomadas ao nível do poder local impactam na nossa vida quotidiana que as decisões tomadas ao nível central”, sublinhou.

Para Rui Rio, “o poder local democrático é das maiores conquistas do 25 de Abril”, admitindo que há, por vezes, câmaras mal geridas, “estão muito endividadas”, mas há igualmente autarquias “bem geridas”.

Rui Rio considera que as próximas eleições locais são “muito importantes”, não só para contrariar a tendência de perda de implantação no plano local, mas sobretudo “para derrubar o socialismo ao nível nacional”.

Rui Rio revelou que outro objetivo para as autárquicas passa também por alcançar contas certas no final da campanha: “Chegar ao fim da campanha eleitoral com o mínimo de défice possível e só não digo chegar com défice zero ou superavit zero, porque isso à escala nacional, com a lei em vigor, é praticamente impossível”.

Nuno Matias destacou o valor desta coligação alargada, sublinhando que os cinco partidos que a integram obtiveram, no total, 35.000 votos nas legislativas de 2011, quando em 2013 o partido vencedor nas autárquicas precisou de apenas 23 mil votos para conseguir maioria absoluta.

Nuno Matias garantiu que “nunca será autarca em mais lado nenhum” sem ser em Almada. “Tenho 44 anos de vida e 44 anos de Almada, nunca fui nem nunca serei autarca em mais lado nenhum do mundo. Sei que há quem se candidate a Almada porque, pela limitação de mandatos não pode ser candidato a mais lado nenhum, senão em Almada”, disse.



## VENEZUELA

# RUI RIO EXORTA O GOVERNO PORTUGUÊS A AJUDAR A PROMOVER A REALIZAÇÃO DE “ELEIÇÕES LIVRES”

Rui Rio recebeu Leopoldo López, líder da oposição na Venezuela, dia 12, na sede nacional, em Lisboa. O Presidente do PSD manifestou solidariedade política ao povo venezuelano, através do dirigente do partido venezuelano Vontade Popular, esperando que possam decorrer eleições livres e democráticas naquele país.

“Os níveis de pobreza na Venezuela são brutais. Enquanto não mudar o regime político, ou pelo menos houver eleições verdadeiramente livres democráticas, não há esperança de mudar o que quer seja na Venezuela, designadamente ao nível social, que é aquilo que mais deve preocupar as pessoas. Aquilo que a oposição está a reclamar, que haja uma ajuda internacional para que haja eleições livres e democráticas, é o primeiro passo para haver uma mudança. Haver eleições, onde as pessoas são perseguidas, são farsas eleitorais que a Europa não pode aceitar”, afirmou Rui Rio, após o encontro.

O Presidente do PSD declara “apoio” à causa do povo venezuelano, que clama por direitos políticos e a instauração de um modelo democrático, e exorta “o Governo português para, no quadro europeu, ajudar a Venezuela a fazer o caminho que se impõe”.

Político e economista, Leopoldo Eduardo López Mendoza, tem 50 anos, é coordenador do partido opositor venezuelano Vontade Popular. É um dos rostos mais conhecidos da oposição na Venezuela, foi autarca de Chacao, arredores de Caracas. Perseguido pelo regime venezuelano, Leopoldo López reside com a família em Espanha.



## RUI RIO NO MUSEU DO HOLOCAUSTO

# PROPOSTA DA REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS PODE SER MELHORADA NA ESPECIALIDADE

Rui Rio considera que seria uma “contradição muito grande” votar contra a reforma das Forças Armadas, e que é defendida pelo PSD há duas décadas, só porque agora é “apresentada pelo governo do PS”. “A verdade é que esta reforma que está em cima da mesa é uma matéria que está nos programas do PSD desde o tempo de Durão Barroso. (...) Seria uma contradição muito grande do PSD dizer assim: há tantos anos que defendemos uma reforma neste sentido e agora porque ela é apresentada pelo Partido Socialista contradizemo-nos a nós mesmos e vamos votar contra só porque é do Partido Socialista, só porque não é do nosso governo”, referiu.

No final de uma visita ao Museu do Holocausto, no Porto, na segunda-feira, 17 de maio, o Presidente do PSD sublinhou que a proposta “não tem de ser exatamente igual” como está neste momento, pelo que “poderá, na especialidade, naturalmente, sofrer alterações”, contudo, “aquilo que é a linha de fundo é algo que esteve nos programas de Durão Barroso, de Santana Lopes até, nos programas de Passos Coelho e que nós procuramos sempre levar a cabo”.



Para Rui Rio esta é, por isso, uma questão de coerência, sob pena de amanhã ser o PSD a tentar fazer uma reforma e o PS a votar contra porque foi apresentada pelos social-democratas. “Assim o país não anda para a frente”, destacou.

O líder do PSD reconhece que as discordâncias em relação à proposta devem ser levadas em consideração. “Nós temos de ponderar tudo aquilo que os chefes militares dizem, a começar deste logo pelo general Ramalho Eanes, por quem eu tenho imenso respeito”, especificou.

No dia 18 de março, o PSD, através do CEN, apresentou um documento com seis objetivos concretos de reforma das Forças Armadas, entre as quais a necessidade de maior investimento, a dignificação da carreira militar e a criação de um ministro de Estado coordenador ou vice-Primeiro-Ministro que estructure as interações da defesa militar, segurança interna e Proteção Civil. O PSD defende ainda uma maior “rentabilização” e junção de sinergias para tirar partido das capacidades internas da Defesa Nacional.

# PSD DEFENDE UM PLANO PARA RESPONDER AO AUMENTO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS



O PSD acaba de questionar o Governo sobre a preparação dos aeroportos nacionais para acolher um significativo aumento do fluxo de passageiros, que se faz sentir desde segunda-feira. “Dispõe o Governo de um plano para responder ao aumento do número de passageiros nos aeroportos nacionais, de modo a salvaguardar a saúde pública, o condigno tratamento dos visitantes e o regular funcionamento das infraestruturas aeroportuárias”, interrogam os deputados do PSD.

Numa pergunta ao ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e ao ministro da Administração Interna, o PSD alerta que “é esperado um paulatino aumento do número de passageiros a desembarcar em território nacional, pelo que importa que os aeroportos estejam devidamente preparados para acolher os visitantes, em estrito respeito pelas condições de saúde pública e de conforto adequadas. Tal exige meios humanos e um plano operacional que atenda, entre outros, ao facto de ser necessário proceder à verificação dos comprovativos de testes covid-19 negativos apresentados pelos passageiros, articulando entre todas as entidades públicas e privadas envolvidas”.

Os parlamentares social-democratas lembram ainda o exemplo do verão passado em que, por exemplo, no aeroporto de Faro, se registaram “episódios que violaram as regras de saúde pública, bem como mancharam a imagem do país, tendo repercussão internacional e prestando um mau serviço à economia nacional. Há também notícia, no mês passado, no Aeroporto Humberto Delgado de longas filas que causaram constrangimentos aos passageiros, o que nos últimos anos se tornou um hábito”.

“O GPPSD tem consistentemente alertado para a necessidade de munir o controlo dos passageiros nos aeroportos nacionais dos meios humanos e expeditos mecanismos de

controlo, de modo a poupar os visitantes a episódios pouco condignos que se refletem negativamente na imagem do país, os quais, sem as regras atualmente vigentes e com um processo menos burocrático, já se verificavam antes do eclodir da pandemia”, insistem os deputados.

Para o PSD, o “aumento do tráfego aéreo que estamos prestes a iniciar exige uma preparação atempada do dispositivo de controlo de modo a acompanhar o aumento de fluxo de passageiros, pelo que são preocupantes as informações de que há receios fundados de que o dispositivo não esteja preparado. A situação de incerteza e as regras vigentes entre países, conduzem a fenómenos de viagens de última hora, aumento da capacidade das aeronaves e frequência dos voos. Disso é exemplo, um grande operador turístico internacional, a TUI, que para o Aeroporto de Faro nas últimas semanas intensificou o número de voos e reviu a dimensão das aeronaves”.

## O PSD pergunta:

1. *Dispõe o Governo de um plano para responder ao aumento do número de passageiros nos aeroportos nacionais, de modo a salvaguardar a saúde pública, o condigno tratamento dos visitantes e o regular funcionamento das infraestruturas aeroportuárias?*
2. *Quais são as principais providências adotadas? Registrar-se-á, comparativamente ao ano passado, maior alocação de meios humanos para esta tarefa? Se sim, em que medida?*

## EDUCAÇÃO

## GOVERNO FALHOU “CLAMOROSAMENTE” DURANTE A PANDEMIA E CONTINUA A “NAVEGAR À VISTA”



Adão Silva acusa o Ministério da Educação de ter falhado “clamorosamente” para com os alunos durante a pandemia. Numa conferência, organizada pelo Grupo Parlamentar e pelo CEN, sobre “As aprendizagens no pós-pandemia”, o líder parlamentar do PSD recordou que as escolas, os professores, os pais e os alunos conseguiram adaptar-se às circunstâncias exigentes, mas lamentou que o Ministério não tenha acompanhado esse esforço.

“O Ministério da Educação prometeu os computadores que não vieram e prometeu formação que não veio. O Ministério da Educação não foi capaz de construir uma estratégia de reconstrução da própria escola e estamos agora confrontados com atrasos e desigualdades”, assinalou o parlamentar.

Perante este falhanço, Adão Silva considera que o Governo devia ter montado uma “estratégia para a recuperação deste enorme buraco que se abriu”, algo que não aconteceu.

Depois de já ter confrontado o Ministro e de ter promovido um Seminário na Comissão de Educação sobre a necessidade de recuperação de aprendizagens, Adão Silva frisou que o PSD organiza este seminário não apenas para fazer um diagnóstico, mas sobretudo para denunciar a impreparação que o Ministério da Educação está a demonstrar e para preparar os contributos do PSD.

Já David Justino criticou a falta de um levantamento sobre as perdas de aprendizagens e

apelou ao Governo para que ouça os diretores das escolas e os professores.

De acordo com o Vice-Presidente do PSD e Presidente do Conselho Consultivo do CEN, a falta de atuação do Governo faz com que não se saiba em que medida as aprendizagens foram perdidas, nem em que anos o impacto foi maior. O social-democrata contestou esta forma de “navegar à vista”, sublinhando que desta forma o “risco de encalhamos” é muito maior.

De seguida, David Justino recordou que as perdas não são iguais para todos os níveis de ensino e que vai ser necessário encontrar soluções diferenciadas e ter uma visão de longo prazo, porque as aprendizagens perdidas vão demorar muitos anos a recuperar.

A terminar, o Vice-Presidente do PSD reconheceu que o ensino à distância pode trazer algumas oportunidades, sobretudo para o ensino de adultos, mas afirmou que esta experiência veio revelar que “não há nada que substitua o ensino presencial”, o contacto com os professores e a interação com os outros alunos.

A conferência contou ainda com intervenções de Rute Perdigão e Alexandre Homem Cristo, e com os testemunhos de Diretores Agrupamento de Escolas de Miraflores, Sertã e Penafiel. No final, ocorreu um debate entre deputados, professores e Diretores, moderado pelo Vice-Presidente do GPPSD, Luís Leite Ramos.

## ISABEL MEIRELLES

## CASO DO PROCURADOR EUROPEU MANCHOU O “BOM NOME DE PORTUGAL”

Isabel Meirelles entende que a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu “está muito diminuída” depois de o Parlamento Europeu ter condenado, de “forma categórica e lapidar”, o Governo português e a Ministra da Justiça pela inaceitável interferência na nomeação do Procurador Europeu. No entender da deputada e vice-Presidente do PSD, por mais que os socialistas “queiram sacudir a água do capote”, este caso “mancha o bom nome do Estado português e envergonha a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia”.

Com a ministra da Justiça a “assobiar para o lado” e a sonegar toda a documentação referente à nomeação do procurador europeu português, a deputada questionou ao Primeiro-Ministro o que pretende o Governo esconder.

No debate preparatório do próximo Conselho Europeu, Isabel Meirelles sinalizou ainda que o Primeiro-Ministro se está a preparar para ser o próximo Presidente do Conselho Europeu, substituindo Charles Michel, cujo mandato termina em 2022.

Recordado que este é um “filme de troca de cadeiras” já visto, com a mudança de Mário Centeno para o Banco de Portugal, Isabel Meirelles afirmou que com esta mudança “Portugal vai francamente respirar melhor”. “Portugal ver-se-á livre, na minha opinião, de um Primeiro-Ministro que chefiou apenas amigos nos seus governos e que, por mais incompetentes que sejam, só continuam no exercício de funções, porque fazem parte do seu inner circle”, rematou a deputada social-democrata.



## COESÃO TERRITORIAL

GOVERNO CONTINUA A “ASSOBIAR PARA O LADO”  
E AS ASSIMETRIAS AGRAVAM-SE

Fernando Ruas considera que não tem havido coragem política para fazer uma discriminação positiva para o interior. Na interpelação ao Governo sobre Coesão Territorial, requerida pelo PSD, o deputado defendeu que o país tem de ser encarado como um todo e que a coesão territorial tem mesmo de ser uma realidade levada a sério. “Se nada for feito, o Interior continuará a transformar-se numa zona cada vez mais abandonada e debilitada”, alertou.

Para o social-democrata o Governo tem-se limitado a “assobiar para o lado” em relação a este problema e não aproveitou o PRR para diminuir estas assimetrias. Revela o deputado que a Associação Nacional de Municípios foi bastante crítica deste Plano, afirmou que não foi ouvida na sua elaboração e que “o PRR é um contributo para o centralismo e que não contém nada para a coesão territorial”.

Para Fernando Ruas, é crucial que se proceda à deslocalização de serviços públicos para o interior e que se crie um quadro de incentivos à instalação de pessoas e empresas em zonas do Interior. Contudo, lamenta o parlamentar, posições centralistas dos ministros têm inviabilidade isso. Em sentido contrário, revela o deputado, o Interior está no topo das prioridades do PSD.

Aproveitando a presença da Ministra da coesão no debate, Luís Leite Ramos criticou a exclusão do combate às assimetrias do PRR. Segundo o deputado, esta era uma matéria que devia constar no PRR e só assim não é por opção do Governo.

O vice-Presidente da bancada do PSD criticou ainda a governante por estar a liderar a tentativa do Governo de bloquear a descida do valor das portagens do Interior. Leite Ramos recordou que essa redução, apesar do voto contra do PS, foi aprovada no Parlamento e que é uma medida importante para o Interior.

Já Cláudia André recordou as promessas do Governo em torno da Unidade de Missão para a Valorização do Interior e do Programa de Valorização do Interior. Apresentada pelo Governo como uma Unidade muito importante para o Interior, a deputada afirmou que não se conhecem atividades ou funcionários que marquem alguma diferença. Em

relação ao Programa de Valorização, Cláudia André fala em “mais sonhos anunciados” e recorda que as portagens das ex-SCUT não diminuíram, a capacidade empresarial do interior não aumentou, a rede de transportes públicos não melhorou, a população residente no interior não está a aumentar, a valorização do interior não está a acontecer e não se encontram sinais de retrocesso no processo de perda acelerada da população.

Isabel Lopes confrontou a governante com os atrasos no processo do 5G. Destacando que esta é uma tecnologia crítica para a transformação digital, a deputada perguntou à ministra da Coesão que garantias pode dar às localidades do Interior de que não vão ficar sem cobertura de 5G, como no passado já ficaram sem comunicações móveis, sem internet e até sem TDT.

Já Eduardo Teixeira sublinhou que falar de coesão territorial, é falar do mundo rural e da nossa subsistência agrícola. O deputado destacou a importância deste setor para a coesão económica e social e afirmou que a aposta num sector agrícola e florestal forte, é um fator decisivo da soberania nacional. O deputado questionou quais as medidas que o Governo pretende implementar para fortalecer este setor. “Defender o mundo rural e potenciar o desenvolvimento regional, é muito mais do que um desafio, mas sim um verdadeiro desígnio nacional”, declarou.

No encerramento do debate, Carlos Peixoto assinalou o fracasso das políticas de atração de empresas e de pessoas para o interior. Para o deputado, a Ministra não tem força política para fazer mudanças e é a própria que o admite ao dizer que vai bater à porta dos seus colegas de Governo e que eles lhe fecham a porta. Contudo, recorda, “no dia a seguir está tudo na mesma: a senhora continua Ministra, o senhor Primeiro-Ministro ignora olímpicamente os seus pedidos e o interior continua a afundar-se”.

Perante este cenário, Carlos Peixoto entende que o Ministério da Coesão Territorial deveria mudar de nome e passar a chamar-se “Ministério da desilusão e da frustração territorial”.

# PSD QUER MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS QUE VIVEM EM CONDOMÍNIOS

O PSD defende que viver ou trabalhar num condomínio não pode ser uma fonte de constantes problemas e preocupações. Como tal, os sociais-democratas apresentaram um Projeto de Lei que pretende melhorar a vida das pessoas que vivem em condomínios.

Na apresentação da iniciativa, Márcia Passos frisou que este diploma “resulta da perceção da realidade, da constatação de um conjunto de situações geradoras de conflitos e da necessidade de aperfeiçoar um regime legal com mais de 25 anos de existência.”

De acordo com Márcia Passos, com esta iniciativa o PSD pretende agilizar os procedimentos de cobrança de dívidas ao condomínio, dizendo exatamente quando é que uma ata é título executivo; acabar com a discussão acerca de quem é o condómino que deve pagar as obras realizadas ou a realizar nas partes comuns do edifício. Se o condómino que vende a sua fração, se aquele que a compra, com as obras ainda a decorrer; e clarificar que o administrador do condomínio deve prestar informações aos condóminos de forma regular, e deve cumprir as deliberações da assembleia em determinado prazo, sendo responsabilizado se não o fizer.

A deputada sublinha que o PSD pretende ainda “acabar com as controvérsias que permanecem há largos anos nos tribunais sobre quem representa quem. Tem de ser claro para todos, quem pode e deve litigar em tribunal, quando tal é necessário: não é razoável continuarmos a assistir às discussões sobre legitimidade processual”.

“O projeto de lei do PSD é uma resposta às novas exigências que existem para quem vive, trabalha ou simplesmente é proprietário de uma fração, numa propriedade



horizontal. Bem como, para quem assume a responsabilidade de administrar os condomínios”, referiu a deputada.

A terminar, Márcia Passos garantiu ainda que PSD defende que a função do administrador do condomínio deve

ser dignificada e respeitada, mas também responsabilizada pelas suas ações e, principalmente, pelas suas omissões, pela sua inércia e pelos prejuízos que isso causa às pessoas de um determinado prédio.

## INQUÉRITO DISCIPLINAR A UM FUNCIONÁRIO DO FISCO, PSD QUER OUVIR O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS



O PSD quer ouvir com “caráter de urgência” no Parlamento o secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais e a diretora-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.

O motivo do requerimento dos deputados do PSD deve-se à instauração de “um inquérito disciplinar aberto a um trabalhador da Autoridade Tributária e Aduaneira por ter elaborado, na sua condição de membro do Movimento Cultural Terras de

Miranda, uma nota jurídica que alertava para a eventualidade de a EDP recorrer a mecanismos de planeamento fiscal agressivo para evitar o pagamento de impostos”.

No debate com o Governo sobre política geral, esta quarta-feira, o Presidente do PSD denunciou publicamente a existência de um inquérito disciplinar movido contra este antigo alto dirigente do Fisco e membro do movimento que alertou para as possíveis implicações fiscais do processo de venda de seis barragens na bacia do Douro pela EDP à Engie.

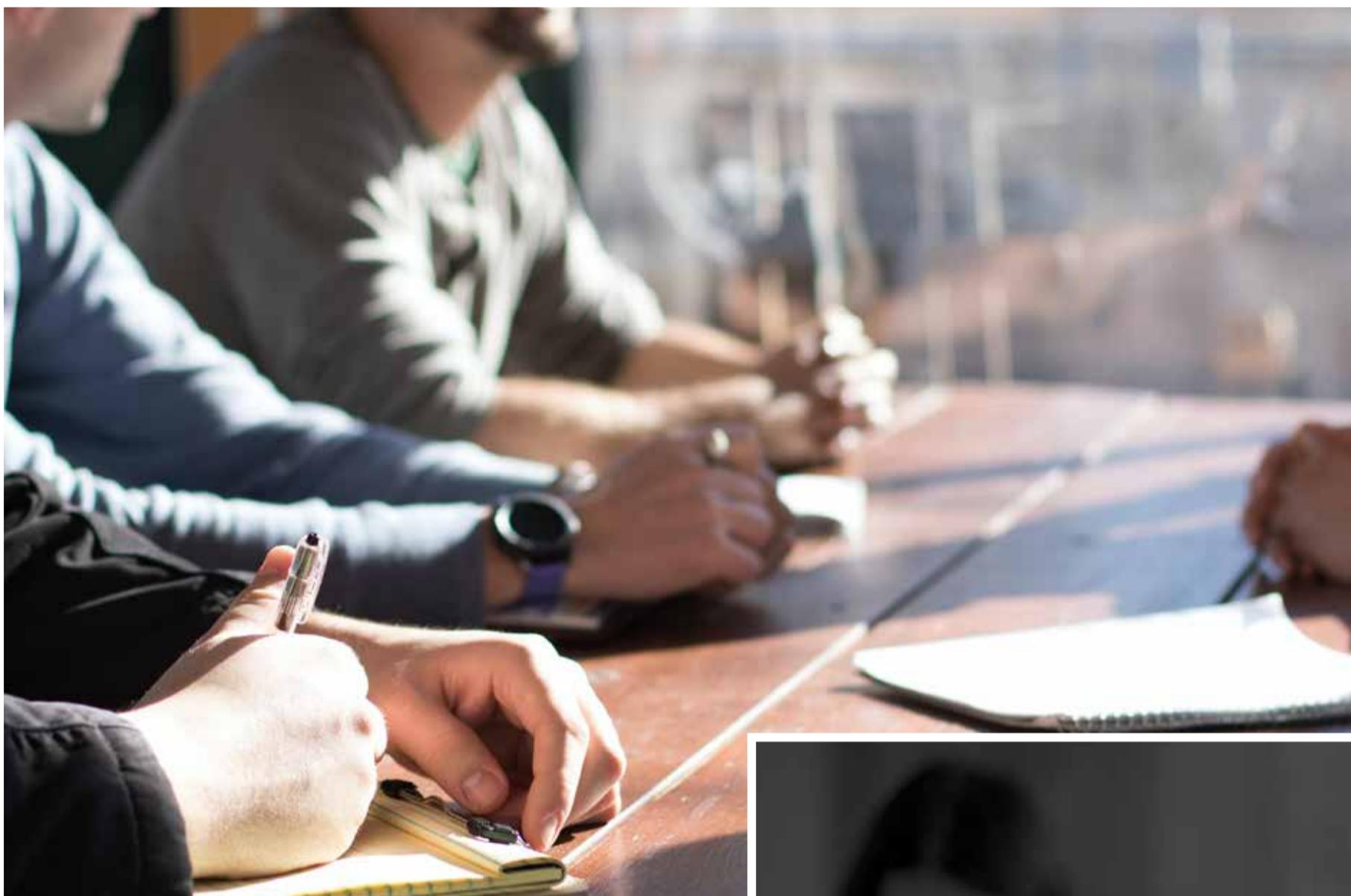
“O que se sabe é de uma gravidade extrema, desde logo porque se trata de um ato de natureza persecutória que visa penalizar quem, no exercício do seu dever de cidadania, alertou para a eventualidade de um negócio ruinoso para os cofres do Estado”, critica o PSD.

“De acordo com a informação veiculada por diversos órgãos de comunicação social, a AT confirma a existência do inquérito disciplinar que, de acordo com esclarecimentos do Ministério das Finanças, terá sido aberto a pedido do senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais e instaurado, no dia 21 de janeiro de 2021, pela Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira”, refere o requerimento.

Para os deputados do PSD, “confirma-se não apenas a existência do inquérito disciplinar, como agora são conhecidos os responsáveis por essa iniciativa”.

“Depois, porque este grau de conivência do Governo com a EDP suscita a dúvida fundada de que a AT (que se encontra sob tutela do secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais) tenha a independência necessária para realizar com verdade a inspeção tributária ao negócio de venda das barragens da EDP ao consórcio liderado pela Engie”, referem os deputados.

# ESTÁGIAP XXI AGUARDA POR PORTARIA HÁ MAIS DE DOIS MESES



O PSD critica o Governo por, mais de dois meses depois da aprovação em Conselho de Ministros do Programa EstágiAP XXI, o referido programa ainda não ter avançado. “Apesar dos anúncios e Resolução do Conselho de Ministros, este programa ainda não avançou porque o Governo não publicou a respetiva portaria. Ou seja, as candidaturas estão dependentes da publicação da portaria com a distribuição das vagas, o que ainda não sucedeu. Esta situação é absolutamente inaceitável e necessita de rápida resolução”, consideram os deputados social-democratas.

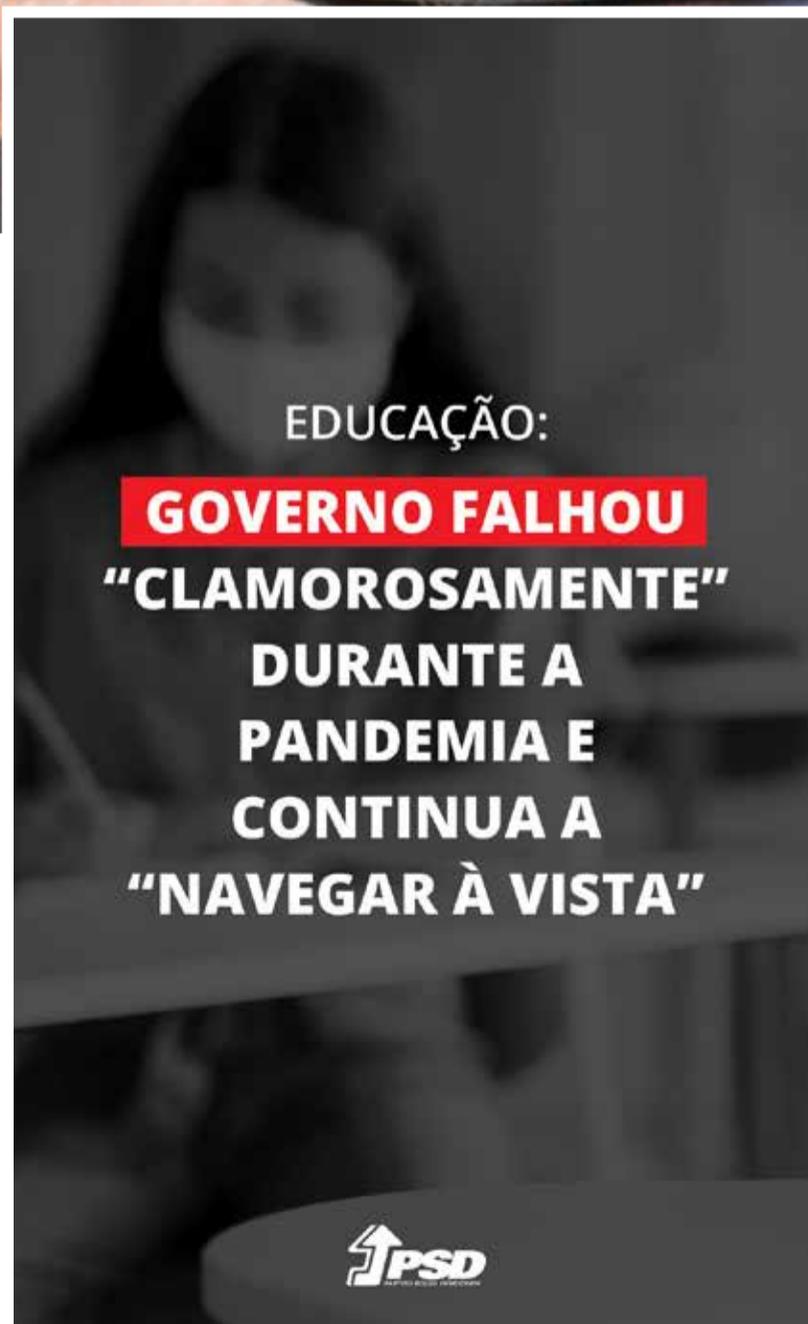
Numa pergunta à ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, os deputados Carlos Peixoto, Isaura Morais e Alexandre Poço lembram que “o Programa EstágiAP XXI foi anunciado pelo Governo no início de março e publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2021, de 3 de março”. “Mais surpreendente é o facto de o Governo estar há 3 meses em atraso na publicação desta portaria, mas exigir que aqueles que se vierem a candidatar a este programa tenham apenas 5 dias para o fazer. Com efeito, na Resolução do Conselho de Ministros é estabelecido que ‘as candidaturas à frequência dos estágios profissionais são apresentadas no prazo de cinco dias úteis após a publicação da portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública que tenha por objeto a oferta de colocação’”, referem.

O PSD lamenta que o Governo exija “celeridade nas candidaturas destes jovens, celeridade essa que é incapaz de assumir no exercício das suas funções”.

O Programa EstágiAP XXI destina-se a jovens licenciados até aos 30 anos, ou até aos 35 anos se forem portadores de deficiência ou incapacidade. São 500 vagas para a posição de técnico superior, com a duração de 9 meses e uma remuneração mensal de 998,5 euros brutos.

## O PSD pergunta:

- Qual é a razão que justifica o atraso na publicação da portaria do Programa EstágiAP XXI?
- Quando será feita a publicação da referida portaria?
- Considera o Governo razoável este atraso de meses, mantendo a exigência de os candidatos terem apenas 5 dias para se candidatarem, depois da publicação da portaria?



## RIO MAIOR DEFENDE “CLUSTER” DE INOVAÇÃO NO DESPORTO



A Câmara de Rio Maior quer aproveitar o “prestígio internacional” de que goza o seu Centro Desportivo para desenvolver um “cluster” e criar um “eixo” de inovação no desporto, como um dos pivôs para o desenvolvimento económico concelhio.

Esta é uma das propostas que constam na “Estratégia para o Desenvolvimento Económico – Rio Maior 2030”, apresentada dia 14, numa sessão que contou com os participantes nos grupos setoriais temáticos que discutiram o documento orientador do concelho para a próxima década.

Para o presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Filipe Santana Dias, as linhas orientadoras apresentadas

visam “reforçar” a posição como “município empreendedor”, ao apontar um conjunto de medidas para a atração de investimento e a melhoria das condições de vida e da qualificação das pessoas, nas quatro áreas apontadas como estratégicas: indústria e serviços; ação social, saúde, educação e cultura; turismo; desporto.

Partindo da aposta feita nas últimas décadas em torno do desporto, que permitiram a concentração de um vasto conjunto de infraestruturas desportivas em torno do Centro de Estágios, o documento sublinha a “posição única” do Rio Maior Sports Centre para que este setor se transforme num ‘cluster’ promotor do desenvolvimento económico do concelho.

Entre as várias propostas para esta área, contam-se a criação da marca Rio Maior Sports Centre – Business Hub, com ligação a ‘hubs’ internacionais, um programa para identificar e atrair eventos desportivos, a realização de uma Biental do Desporto, a criação de um Observatório da Prática Desportiva, tornar esta a primeira cidade monitorizada na atividade de exercício físico, instalar “ginásios naturais” nas periferias urbanas, criar um programa de “desporto para todos”, ampliar o centro de treinos e alojamento.

Para o setor da indústria e serviços, são propostas ações como um programa de “diplomacia económica”, um “embaixador empresarial”, contactos com emigrantes, programas de incentivo ao consumo local, promoção de projetos de economia circular, programas de mentoria, apoio à qualificação pós-graduada, mapeamento das necessidades de recursos humanos das empresas do concelho, entre outros.

O documento realça que o concelho, com pouco mais de 20 mil habitantes, tinha, em 2018, 2.312 empresas instaladas, 71% das quais há mais de seis anos, sendo 37% indústrias, 32% comércio e 9% do setor primário, com uma taxa de desemprego de 2,4%. Já as apostas no turismo centram-se no “novo polo de atração” que está a ser criado com a reabilitação da zona ribeirinha do rio Maior e a recuperação da Villa Romana e de uma antiga moagem, que vai acolher um centro de interpretação, num investimento de quatro milhões de euros que vai dotar a cidade de um parque urbano ao longo do rio.

Entre as várias propostas, contam-se ainda iniciativas no âmbito do “turismo industrial”, aproveitando as antigas minas do Espadanal, mas também criando roteiros de visitas em setores de produção de pão, enchidos, ferro, pedra, sal, entre outros, havendo igualmente referências ao enoturismo, à criação de uma Grande Rota, que ligará Rio Maior a Fátima, de um parque de autocaravanas e à pré-candidatura das Marinhas do Sal às “aldeias de Portugal”.

Para o setor social e cultural, o documento aponta para o reforço do investimento na promoção de uma vida saudável, da saúde mental e da qualidade de vida das pessoas com deficiência, na rede de apoio social e educativo, nos espaços culturais.

Filipe Santana Dias comprometeu-se a “trabalhar para que os objetivos do documento sejam uma realidade até 2030”.

## PSD QUESTIONA GOVERNO SOBRE SEGURANÇA APÓS OBRAS NA SECUNDÁRIA DE REBORDOSA

Os deputados do PSD questionaram, dia 13, o Governo, através de requerimento parlamentar, sobre as obras realizadas na Escola Secundária de Rebordosa, em Paredes, distrito do Porto, aludindo a “situações graves” de segurança e acessibilidade.

“Apesar da realização das obras, há situações graves, entre as quais de segurança e de acessibilidade, que lamentavelmente não foram devidamente acauteladas e que os deputados do grupo parlamentar do PSD puderam verificar no local em visita realizada no passado dia 03 de maio”, lê-se num comunicado social-democrata.

Segundo os deputados, “é estranho que no projeto de requalificação não tenham sido priorizadas rampas de acesso aos pavilhões para cadeira de rodas”.

Referem ainda que “em todas as salas de aula não existe ligação funcional ao vídeo projetor e em algumas continuam as infiltrações de humidades”.

Os parlamentares indicam, também, que nos laboratórios de Física e Química e de Ciências Naturais as bancadas não têm torneiras de água ligadas e não apresentam sistema de exaustão de gases resultantes das experiências. “Esta falta de materiais coloca em causa a prática letiva em disciplinas em que as aulas laboratoriais são fundamentais para o seu processo de ensino/aprendizagem”, assinala-se no requerimento.

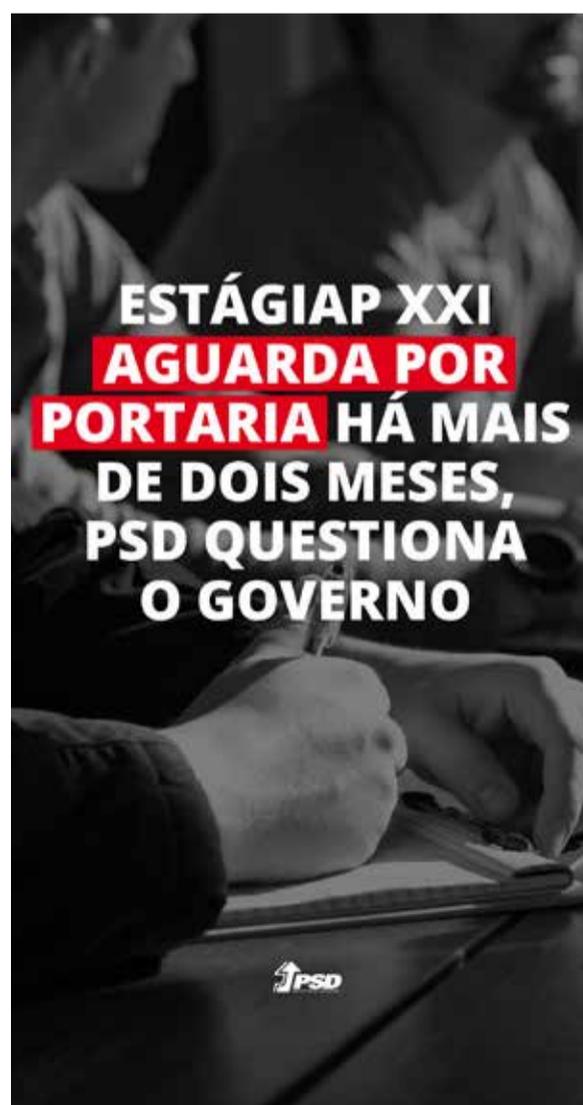
Ainda segundo o PSD, “as portas interiores dos corredores dos pavilhões de aulas abrem de fora para dentro, o que, em caso de emergência e de necessidade de evacuação de pessoas, se transforma num perigo assinalável que põe gravemente em causa a segurança dos alunos, professores e assistentes operacionais/técnicos”.

Critica-se, por outro lado, o facto de os elevadores funcionarem e não haver “bufete para os alunos, porque os equipamentos não existem”.

Acréscita que, “apesar da requalificação do pavilhão gimnodesportivo”, aquele equipamento “continua a ser de difícil acesso para alunos com mobilidade reduzida ou que se deslocam em cadeira de rodas”.

Indica-se, por outro lado, que “as obras de requalificação não resolveram o problema de infiltrações de água no pavilhão” e que “no campo de jogos ainda não foram recolocadas as balizas, nem as tabelas de basquete”.

O PSD quer saber quando vão as tutelas da educação, “como é sua obrigação”, fiscalizar as obras da Escola Básica e Secundária de Rebordosa e a razão pela qual “não estão ainda salvaguardadas algumas condições de segurança para alunos, docentes e assistentes operacionais e técnicos”.



# REUNIÃO COM A ANA FOI IMPORTANTE PARA A EXPANSÃO DO AEROPORTO DA HORTA

O PSD/Faial considera que a reunião do Presidente do Governo Regional com a ANA, no dia 12, “foi um passo importante para a futura concretização a ampliação do Aeroporto da Horta, tendo em vista a constituição da parceria entre o Governo da República, aquela empresa e a Região”.

Segundo Carlos Ferreira, líder da Comissão Política de Ilha, o Presidente do Governo “está a provar que quer cumprir o seu compromisso com os faialenses, liderando politicamente o processo, na defesa da nossa terra”.

A administração da ANA/Vinci e o Governo Regional concordam na importância da melhoria de condições de operacionalidade do Aeroporto da Horta, um anúncio que foi feito após a audiência entre o Presidente da ANA e o Presidente do Governo Regional.

“É necessário que se conheça em concreto o resultado do estudo que o Governo da República mandou a ANAC e o LNEC para realizar, e que deverá evidenciar o valor que aquela obra estruturante tem para o Faial e para os Açores, indicando a melhor solução técnica”, declarou o

presidente dos social-democratas faialenses.

Segundo o PSD/Faial, “passámos de um Governo que dizia ‘da região nem um cêntimo’, para um Governo que quer ser parte ativa no processo e que já começou a trabalhar nesse sentido”.

## TARIFA INTER-ILHAS A 60 EUROS AVANÇA EM BREVE

O Governo dos Açores disse que a tarifa de 60 euros para viagens inter-ilhas para residentes, que foi anunciada para 1 de junho, aguarda a publicação do Plano e Orçamento, “que se espera para muito breve”.

Segundo a nota emitida, dia 15, pelo executivo regional, “a Tarifa Açores apenas poderá ser operacionalizada e disponibilizada aos passageiros residentes após a publicação do Plano e Orçamento da Região para o ano de 2021 no Diário da República e no Jornal Oficial da Região”.

“O Governo dos Açores aguarda o envio do documento para o gabinete do Representante da República na Região, que se espera para muito breve trecho”, lê-se ainda.

Esta medida, que prevê que os residentes dos Açores podem viajar, por via aérea, entre as ilhas do arquipélago com uma tarifa fixa de 60 euros, ida e volta, foi uma das grandes bandeiras do Governo de coligação PSD, CDS-PP e PPM desde que assumiu funções. Em 31 de março, o secretário regional dos Transportes, Turismo e Energia, Mário Mota Borges, anunciava que, “a partir de 1 junho, a Tarifa Açores está em condições de sair para a rua”.



# PSD DEFENDE POLÍTICA DE TRANSPORTES COMO INSTRUMENTO DE COESÃO ENTRE REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

Os deputados do PSD no Parlamento Europeu alertaram para as dificuldades que países como Portugal e as suas regiões ultraperiféricas dos Açores e Madeira sentem pela falta de uma política estruturada que permita debelar os efeitos do isolamento.

É necessário um maior investimento, que deve começar já com a utilização do dinheiro do Fundo de Recuperação na construção de infraestruturas, especialmente de abastecimento para que estas regiões não fiquem ainda mais limitadas no que concerne à oferta”, afirmou a eurodeputada social-democrata Cláudia Monteiro de Aguiar, na Comissão dos Transportes e Turismo do Parlamento Europeu, na sequência da apresentação de um estudo sobre as infraestruturas de transporte nos territórios de baixa densidade.

Segundo a eurodeputada do PSD, “atendendo aos objetivos climáticos, nomeadamente a redução de emissões, é importante que estes investimentos sejam realizados de imediato, até porque é agora que Portugal vai receber verbas avultadas da Europa e deve aproveitar para implementar uma política de coesão através de uma rede de transportes eficiente e que aproxime as regiões, nomeadamente os Açores e Madeira”.

Por outro lado, Cláudia Monteiro de Aguiar enfatizou a “importância de não se aumentarem os custos para as populações destas regiões, caso contrário estariam a ser duplamente penalizadas”.

“Esta década será determinante, pelo que, se queremos mesmo aproximar regiões e pessoas, os investimentos têm de começar já, pelo que uma análise do Plano de Recuperação que Portugal apresentou em Bruxelas, não augura nada de bom. Na política de descarbonização dos transportes vemos que a quase totalidade dos 967 mil milhões de euros desta rúbrica se destinam à orla costeira de Portugal Continental. Resta esperar que o Portugal 2030 preencha esta lacuna. Vamos estar atentos”, concluiu.



**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**ÉVORA**

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital de Évora, para reunir no próximo dia 27 de Maio (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, por videoconferência, através do seguinte Link:

<https://us02web.zoom.us/j/82014888294?pwd=dkl4TUJnTmJzaEN2Z3h5UUI5ZUR2QT09>

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação de contas de 2020;
2. Análise política atual

**SECÇÕES**

**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes para reunir no dia 5 de Junho (sábado) de 2021, pelas 20H30, no Luna Hotel Turismo, sita no Largo Santo António, em Abrantes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Intervenção do Presidente da Comissão Política;
2. Parecer sobre os candidatos aos Órgãos Autárquicos;
3. Aprovação do Programa Eleitoral aos Órgãos Autárquicos;
4. Análise da situação político-partidária;
5. Outros assuntos.

**ARCOS DE VALDEVEZ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 02 de junho de 2021 (quarta-feira), pelas 21H00 no Auditório da Escola EB 2,3/S de Arcos de Valdevez (Agrupamento de Escolas de Valdevez), sita na Rua Dr. Joaquim Carlos da Cunha Cerqueira, 4970-952 Arcos de Valdevez, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e aprovação das contas de 2020;
2. Dar parecer sobre a candidatura do PSD, à presidência da Câmara Municipal nas próximas Eleições Autárquicas, proposta pela Comissão Política, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD;
3. Análise da Situação Política.

**ESPOSENDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se todos os militantes da Secção de Esposende, para reunir em Plenário no próximo dia 29 de Maio (sábado) às 21H00, no Auditório Municipal, sita na Rua de Santa Maria dos Anjos, n.º 51, em Esposende, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e votação do Relatório de Contas da CPS referente ao ano de 2020;
3. Parecer do Plenário sobre o elemento a encabeçar a lista à Câmara Municipal de Esposende nas próximas Eleições Autárquicas;
4. Análise da situação política nacional e local;
5. Outros assuntos de interesse para o partido.

**LISBOA  
ERRATA/ALTERAÇÃO DE HORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e das deliberações do Conselho de Jurisdição do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa, num formato misto, para reunir, numa primeira fase, no dia 27 de Maio (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, via formato online, por Videoconferência através da plataforma Zoom e formato presencial, na Sede Distrital do PSD Lisboa, sita Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Aprovação dos cabeça de lista às 24 freguesias.

Nota: Alerta-se para o facto de a credenciação começar às 20H30 (tanto no formato online como no presencial), sendo que para melhor condução dos trabalhos, apela-se aos militantes que façam o login nessa hora. A lotação máxima da Sede Distrital do PSD Lisboa, face às atuais condicionantes, será de 35 pessoas, pelo que se apela a que só se dirijam à Sede os militantes que não tenham possibilidade de aceder via digital.ao plenário Endereço de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/87496513719?pwd=RUBd377amOzOWNKa3cOVnVudDkUT09>

Esta Assembleia de Secção irá prosseguir, com a votação deste ponto, no dia 28 de Maio (sexta-feira), com urna aberta das 10H00 às 19h00 na Sede do PSD Lisboa, sita Rua Luciano Cordeiro nº 116, 2º ESQ 1050-087 Lisboa.

**MAIA**

Convoca-se os militantes do PSD da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia da Secção, a realizar dia 27 de Maio (quinta-feira) de 2021, com início às 21H00, no Auditório da Tecmaia, sita na Rua Eng. Frederico Ulrich, nº 2650, Zona Industrial da Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação do perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal da Maia;
2. Informação sobre a nomeação do companheiro António Gonçalves Bragança Fernandes para encabeçar a lista de candidatura à Assembleia Municipal da Maia nas Eleições Autárquicas de 2021, aprovada na reunião da Comissão Política de 05/05/2021.
3. Informação sobre a nomeação dos candidatos a Presidente de Junta para todas as freguesias do município às Eleições Autárquicas 2021, aprovados na reunião da Comissão Política de 05/05/2021.
4. Informação sobre a celebração do acordo de Coligação para as eleições Autárquicas de 2021, entre PPD/PSD e o CDS/PP, aprovado na reunião da Comissão Política de 05/05/2021.
5. Análise da situação política.

Nota: Se às 21H00 não houver quórum para o início da reunião, a mesma iniciará-se-á impreterivelmente às 21H30, com o número de militantes presentes.

A sala estará preparada de acordo com as regras preconizadas pela direção Geral de Saúde relativa à utilização de espaços públicos e que permite a prevenção de contágio para Covid 19. A sala tem capacidade de 100 lugares sentados.

Solicitamos a todos os cumprimentos das recomendações da DGS.

**MURTOSA**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Murtosa para reunir, em Plenário, no próximo dia 26 de Maio (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Salão da Junta de Freguesia do Bunheiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Autárquicas 2021;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos.

**OVAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Assembleia de Secção de Ovar para reunir no dia 27 de Maio (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório do Grupo de Teatro Renascer, sita no Edifício do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz, Rua dos Castanheiros, Esmoriz, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação presencial pelos militantes das contas da Secção relativas a 2020;
2. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autárquicas Locais no Concelho de Ovar;
3. Análise Da situação política.

Nota: Se às 21H00, não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciará-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

**SEIXAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir dia 25 de Maio (terça-feira) de 2021, pelas 20H30, no Auditório da Junta de Freguesia de Fernão Ferro, sita no Mercado Municipal, Rua Luísa Tody, 2865-675 Fernão Ferro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas 2021.

**SEVER DO VOUGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 29 de Maio (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, sita na Rua da Banda Pessegueirense, Sala A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Analisar a situação político-partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver na Secção, tendo presente as Eleições Autárquicas de 2021

**VIEIRA DO MINHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Vieira do Minho, para reunir em Plenário no próximo dia 27 de Maio (quinta-feira) de 2021 pelas 21H00 na Biblioteca Municipal com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise do processo Eleitoral Autárquico ao abrigo do artigo 53º, f) nº 2 dos Estatutos do Partido Social Democrata.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



**ERRATA  
CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se Conselho Distrital da JSD Distrital de Aveiro para dia 21 de maio de 2021 (sexta-feira), pelas 21h30, a decorrer no CAA - Centro de Artes de Águeda, sito na Rua Joaquim Valente Almeida, nº 30, 3750-154 Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento do VI Congresso Distrital;
- 3 – Outros assuntos de interesse.

## CONVOCATÓRIAS

**CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE SETÚBAL**

Ao abrigo do artigo 93.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, aprovados em Conselho Nacional da JSD de 1 de Fevereiro de 2020, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Setúbal para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 19 de junho de 2021, com início pelas 15 horas, na sede do PSD Distrital de Setúbal, sita na Rua de Santa Maria, Loja nº 18 2900-601 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD;
- 2 – Informações e Balanço de Atividades;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Mesa Distrital da JSD de Setúbal até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas.

**FAFE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia de Fafe para reunir em Plenário Concelhio, no próximo dia 9 de junho de 2021 (quarta-feira), pelas 20h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Apresentação e aprovação da intervenção da JSD de Fafe nas Autárquicas de 2021;
- 3 – Outros assuntos.

Devido à inexistência temporária de sede do PSD-Fafe, e de modo a cumprir com as recomendações em matéria de distanciamento social, o local para realização do ato eleitoral será mais tarde divulgado através de publicação em Povo Livre."

**MANGUALDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Mangualde para o Plenário a realizar no próximo dia 28 de maio de 2021 (sexta-feira), pelas 21:00 horas, na Estalagem Cruz da Mata, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Apresentação e apreciação do plano de atividades;
- 4 – Outros assuntos.

Notas:

O Plenário vai ser também transmitido online, sendo o link de acesso divulgado através dos meios de comunicação interna da JSD Mangualde.

**NÚCLEO SANGUEDO – Stª. MARIA DA FEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD Sanguedo para o dia 2 de Julho de 2021 pelas 19h30m, na Rua dos Descobrimentos, nº 18, 4520-201, Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 19h30m e as 21h30m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE  
AO POVO LIVRE ANTERIOR  
12-05-2021****NESD DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convocam-se todos os militantes estudantes do Instituto Politécnico de Viseu, para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 11 de junho de 2021, pelas 18h00m no Auditório da Escola Superior de Educação de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu, sito na Rua Maximiano Aragão, 3504-501 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Direção e da Mesa do Plenário do NESD do Instituto Politécnico de Viseu.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador Nacional do Ensino Superior, ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00.

**I - CONSELHO NACIONAL 2021**

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **4 de junho, sexta-feira, às 21h, no Teatro Municipal da Guarda, sito à Rua Batalha Reis, n.º 12, na cidade da Guarda**, com a seguinte

**Ordem de Trabalhos**

**Ponto 1.** Nos termos da alínea *i)* do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos, ratificar as contas do ano 2020 do PSD e as contas das campanhas eleitorais das Eleições Regionais da Região Autónoma dos Açores e das eleições autárquicas intercalares para as Assembleias de Freguesia de Mindelo (Vila do Conde) e Ervededo (Chaves), aprovadas pela Comissão Nacional de Auditoria Financeira;

**Ponto 2.** Nos termos da alínea *i)* do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos, aprovar o orçamento do PSD para o ano de 2021 e a repartição das receitas pelas instâncias do Partido;

**Ponto 3.** Nos termos do n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos, aprovar a alteração, proposta pela Comissão Política Nacional, ao Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes.

**Ponto 4.** Análise da situação Política.

Lisboa, 20 de maio de 2021

O Presidente da Mesa do Congresso

(Paulo Mota Pinto)